



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0011743-07.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Ivanildo Leme**
Requerido: **Supermercado Dia**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos que teve em seu automóvel quando um carrinho de compras, efetuadas junto ao réu, bateu contra ele em virtude do desnível do solo existente nesse estabelecimento.

A pretensão deduzida não pode prosperar, porquanto não foi respaldada sequer por indícios que lhe dessem amparo.

Nesse sentido, os documentos de fls. 03/05 concernem a orçamentos para o conserto do automóvel do autor, mas não aludem em momento algum à forma pela qual os danos teriam sucedido.

Já os documentos de fls. 06/11 de igual modo não favorecem o autor, seja porque confeccionados unilateralmente, seja porque descrevem situação fática diversa da indicada a fl. 02.

Outrossim, restou esclarecido a fl. 16 que as partes não tinham prova testemunhal a produzir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O quadro delineado revela que o autor não se desincumbiu satisfatoriamente de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, deixando de observar assim a regra inserta no art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Como já assinalado, inexistente demonstração mínima da verificação dos fatos trazidos à colação e em consequência não faz jus o autor ao recebimento da indenização postulada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**